

Repúdio às dívidas públicas européias¹

François Chesnais

Resumo

Este artigo discute o desenrolar da crise, iniciada em 2007, nos Estados Unidos, e na Europa continental, após a redução da classificação dos títulos das dívidas públicas da Grécia e da Espanha em 2010. Mostra que o endividamento público tem origem nas políticas econômicas que privilegiam os capitalistas e que o seu crescimento se acelera a partir da implantação de políticas neoliberais. Essas políticas privilegiam o sistema financeiro e os grandes bancos que são os maiores credores dos Estados. Esses bancos obtêm os recursos para a compra dos títulos através da criação de moeda ou de empréstimos que eles mesmos tomam. Assim, essas dívidas assumem o caráter de “ilegítimas” e chegam a ter características de “dívida odiosa”. Por isso nós devemos nos reapropriarmos da palavra de ordem de repúdio ou de denúncia da dívida, de nos negarmos a pagá-la. Era a palavra de ordem tradicional do movimento operário.

Palavras-chave: Crise capitalista, dívida pública, sistema financeiro.

Classificação JEL: F02, G01.

Começada ao final de julho – início de agosto de 2007, a crise econômica e financeira mundial vai entrar em seu quarto ano. Nas fases precedentes, os Estados Unidos e o sistema financeiro britânico que lhe é estreitamente ligado, foram nela o epicentro. Depois de março de 2010, a crise tem por terreno imediato a Europa continental. Ela tem as características externas de uma crise da dívida pública. Trata-se, de fato, de uma crise bancária maior. Os principais governos europeus, apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), dão novamente prioridade ao salvamento dos bancos. A injeção de nova liquidez, no quadro do plano elaborado no início de maio em Bruxelas, é acompanhada de medidas de austeridade frequentemente drásticas, presumidas “indispensáveis para restaurar a confiança”. A

¹ Publicado na revista *ContreTemps*, n° 7, nouvelle série – 3° trimestre 2010.

vulnerabilidade muito grande dos bancos europeus exige, então, que se venha em seu socorro novamente, não importa o custo social e mesmo se isso deve mergulhar a Europa em recessão, por uma segunda vez em 18 meses.

Para a Grécia e a Espanha, uma degradação sucessiva da classificação

Em 14 de junho as agências de classificação (rating) baixaram a nota da dívida da Grécia e a colocaram na “categoria especulativa”, aquela que a finança chama de “*junk bonds*”. Elas tinham já rebaixado a nota grega em abril. O porta-voz da Moody's explicou que a decisão levava em conta “*os riscos macroeconômicos e os riscos da implantação associados ao programa de austeridade*”, acrescentando que havia “*muitas incertezas em torno do impacto das medidas* (ditadas pelo Banco Central Europeu – BCE, pela União Européia – EU e pelo FMI) *sobre o crescimento econômico da Grécia em um contexto econômico mundial menos dinâmico*”. Linguagem diplomática pela qual os analistas constatarem que a amplitude dos sofrimentos infligidos ao povo grego não vai em nada “*resolver a questão da dívida*”, pois o plano de austeridade está em vias de provocar uma recessão brutal que torna o serviço dos juros impossível. Em 22 de julho, ao fim de uma reunião do conselho da União Européia, José Manuel Barroso explicou que a “*prioridade era de restabelecer a confiança dos investidores*”¹. Em Madri, alguns dias mais tarde, quando de seu deslocamento para sustentar o plano de austeridade do governo, Dominique Strauss-Kahn não disse outra coisa em nome do FMI.

Os principais sinalizadores financeiros estão de novo no amarelo, quando não em vermelho. Os bancos, especialmente aqueles dos grandes países da zona do euro, têm dificuldades crescentes em refinar os empréstimos que lhes são necessários para emprestar (adiante, voltar-se-á a isso mais detidamente) e são obrigados a fazê-los a taxas muito elevadas. Assim, o BNP-Paribas viu a classificação de sua dívida de longo prazo se degradar de “AA” à “AA-” pela agência de classificação Fitch. No início, se adverte, mas no momento no espírito dos governos europeus e das instituições monetárias onde esses têm influência, a urgência é de vir novamente em socorro aos bancos, de assegurar que o BCE e o Banco da Inglaterra criem toda a liquidez necessária (que eles façam

funcionar a máquina de fazer dinheiro, como diz, sem vergonha, Martin Wolf²) e que os países devedores e duvidosos honrem os contratos.

A engrenagem de um mecanismo acumulativo de queda dos salários, de recuo da demanda e, por consequência, da queda da produção e da alta do emprego, está em marcha. E com ela, a manutenção, senão o agravamento, do peso da dívida em relação ao PIB e ao orçamento do Estado. Lembremos as medidas “negociadas” pelo governo grego com a EU, o BCE e o FMI: congelamento dos salários e das aposentadorias da função pública durante cinco anos e a supressão do equivalente a dois meses de salário dos servidores; aumento da idade legal da aposentadoria; o número de contribuições para ter direito à aposentadoria plena foi ampliado de 37 anos para 40 anos em 2015 e seu montante calculado sobre o salário médio da totalidade dos anos trabalhados; taxa da TVA, depois de ter passado de 19% para 21%, foi ampliada para 23%; corte de 1,5 bilhões de euros das despesas de funcionamento do Estado (saúde, educação); liberalização dos mercados de transporte e energia e “abertura à concorrência” das profissões que escapam dela, em parte; anulação da proibição feita às empresas de demitir mais de 2% de seus efetivos por mês, crescimento da flexibilidade do trabalho e redução das indenizações de demissão.

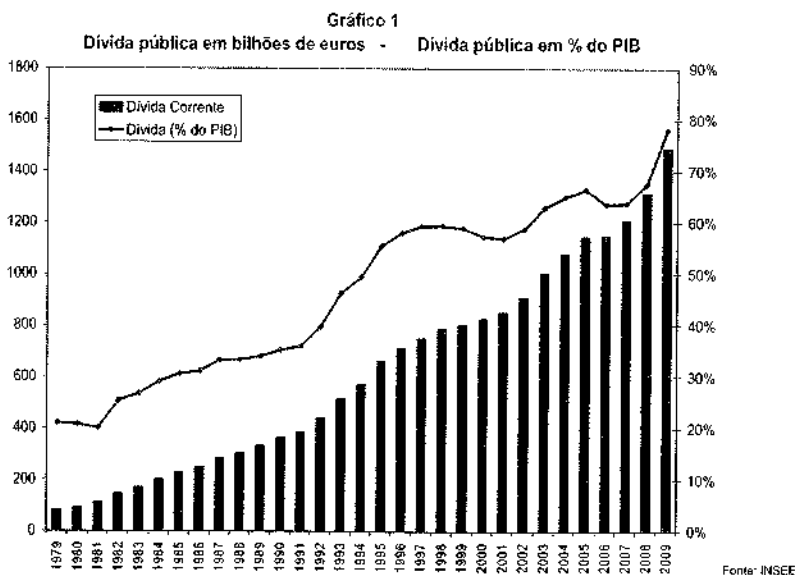
Em 28 de maio, foi a vez da Espanha ver sua nota rebaixada. E isso, a despeito do governo Zapatero ter reduzido os salários da função pública em 5% desde junho, diminuído as aposentadorias e imposto, por decreto, uma reforma do direito de trabalho que comporta, como na Grécia, a ampliação da flexibilidade do trabalho e uma forte redução das indenizações decorrentes de demissão. Mesma coisa em Portugal e nos países da Europa oriental, a começar pela Romênia, onde o governo anunciou medidas que beneficiam a “sustentação” do FMI, das quais uma redução de 25% dos salários no setor público e 15% das aposentadorias e dos benefícios relativos ao desemprego.

Em termos da França, em 30 de maio o ministro do Orçamento, François Baroin, declarou que “o objetivo da manutenção da nota AAA é um objetivo que condiciona, em parte, as políticas econômicas que se deseja ter”. O governo Sarkozy fez da “reforma” das aposentadorias um dos marcos de sua política “de apaziguamento dos mercados”. Os jornais de direita se

revezam nas pressões. Philippe Herlin, editorialista do Figaro criou especialmente o blog “La dette de la France”. Em 12 junho nele se lia: “Agora vai! O primeiro ministro acaba de anunciar uma redução das despesas públicas em 45 bilhões de euros. Enfim alguma coisa séria. Pela primeira vez o tabu da manutenção das despesas é enfim questionado”. E em 14 de junho: “No momento em que o conjunto dos governos europeus implanta planos de rigor nas despesas públicas, especialmente a Alemanha, a inconseqüência do governo francês, que se contenta em conter as despesas e de remover alguns nichos fiscais, acontece cada vez menos. Tudo está em jogo neste momento, com a preparação do projeto de lei da finança de 2011, mas há uma vontade suficiente?”

Origens e etapas da dívida pública: o exemplo francês

O exemplo da França permite explicar os mecanismos usurários do serviço dos juros da dívida no qual o orçamento e os impostos são pivôs. Isso não é a «ditadura dos mercados», sobre a qual é necessário falar, mas a «submissão voluntária» dos governos, tão flagrante é sua renúncia completa face aos bancos e aos fundos de aplicação financeira, sua aceitação de secundar e de executar as medidas desejadas por eles. O endividamento público tem sua fonte no baixo nível e na fraca progressividade fiscal direta (imposto sobre a renda, o capital e o lucro das empresas) e na evasão fiscal. O mecanismo é simples: os governos começam por emprestar àqueles que renunciam taxar, antes de protegê-los abertamente do imposto, como Sarkozy. O serviço dos juros opera como uma transferência de riqueza em benefício dos detentores de títulos da dívida e reforça cada vez mais seu poder econômico e político. Os “mercados” – termo fetichizado atrás do qual se escondem instituições financeiras muito precisas, grandes bancos, sociedades seguradoras e fundos de aplicação financeira – podem ditar a política do capital aos governos, que podem, por sua vez, se esconder atrás “da obrigação moral de honrar as dívidas”.



A subida da dívida se adaptou perfeitamente ao movimento da liberalização financeira. No Gráfico 1, vê-se que ela se desenvolve somente nos anos 1980. Na França, nas condições políticas e institucionais de depois da II Guerra Mundial, o recurso ao endividamento público era muito limitado. Tudo muda com a liberalização financeira. É a introdução, a partir de 1982-83, sob os governos da União da esquerda com Fabius e Bérégovoy nas Finanças, de medidas que permitem a colocação no mercado especializado de títulos emitidos pelo Tesouro (o que se denomina de "securitização") que provocou um salto na dívida. Ela passou de 20% do PIB, em 1980, para 35%, em 1990, antes que seu crescimento se acelere a partir de 1991, até atingir 60% sob o governo Juppé e quase 64% em 2007. A indenização das nacionalizações de 1980-81 impulsionou o movimento, presente feito aos grandes grupos, no qual o Estado socializava as perdas anteriores e operava a reestruturação, antes de torná-las mais rentável para o setor privado. Depois vieram as despesas da lei do Programa Militar de 1987-1991 (os Rafales³, porta-aviões e submarinhos nucleares) que deram à dívida um novo impulso acelerador. A partir da recessão de 1991, o efeito conjugado da taxa de juros real elevada e do lento crescimento, e também devido à

implantação do euro, coloca o serviço dos juros da dívida a um nível muito elevado. O serviço de juros é a segunda despesa do Estado, depois da Educação nacional (sem levar em conta a universidade) e antes de todos os outros ministérios, inclusive da Defesa.

A desregulamentação financeira aumentada pela euforia financeira dos anos 2000 acentuou os efeitos do fisco favorável ao capital, de evasão em direção aos paraísos fiscais – Suíça, Luxemburgo, depois os paraísos fiscais mais exóticos – e da deslocalização sistemática das sedes sociais das empresas. O relatório Pébereau, de 2007, apresenta a concorrência fiscal como um efeito normal da liberalização dos mercados, na qual os governos não têm outra escolha que se adaptar. As receitas fiscais diminuídas e o endividamento sendo um golpe contra as gerações futuras continuam os cortes sombrios nas despesas orçamentárias e a « reforma do Estado » - redução do número dos funcionários e desmantelamento do status da função pública. A dívida é detida pelos bancos, seguradoras e fundos de aplicação financeira (os Hedge Funds). Ao final de 2003, os investidores franceses detinham 56% da dívida e os estrangeiros 40%. Em 2006, as cifras se inverteram. Ao final de 2009, a parte detida pelos fundos estrangeiros era de 69,8%.

O nível de endividamento já era, então, muito elevado antes de explodir graças ao salvamento dos bancos e das empresas feito por Sarkozy em 2008. Ao final de 2009, a dívida pública francesa representava 68% do PIB, próxima da média da zona do euro (Gráfico 1), e 12% do orçamento do Estado. Em 2009, como cada um pode ver no Gráfico 1, na carta do Ministério das Finanças, que acompanha o formulário da declaração do imposto de renda, o serviço da dívida aos bancos e aos fundos de aplicação (43 bilhões de euros) absorveu quase a totalidade do imposto sobre a renda e foi mais elevado que as receitas do imposto sobre as empresas (35 bilhões de euros). O serviço da dívida pesa, de fato, de maneira exclusiva sobre os assalariados. Em 2010, a Agência França Tesouro (o termo Departamento do Tesouro foi abandonado como muito “velho, ultrapassado”) já colocou 120 bilhões de euros em novos títulos da dívida pública, dos quais 60 bilhões somente no mês de março⁴.

Os traços da “dívida odiosa” da dívida grega

Do fato triplo, 1) de sua origem na recusa de taxar as altas rendas, o patrimônio e os lucros e no estabelecimento de uma verdadeira “regressividade do imposto” (mais se ganha, menos se paga); 2) de suas ligações muito estreitas com os paraísos fiscais e com a “concorrência fiscal” entre países; 3) da destinação de uma parte das despesas (compra de armas, operações militares na África e no Afeganistão, repressão nos bairros periféricos), a dívida pública francesa pode ser caracterizada politicamente como ilegítima. Se assim se faz, é necessário agir de maneira conseqüente. Entrar, como fazem os economistas de esquerda, na discussão de saber se ela é muito elevada ou não e/ou debater a maneira de administrá-la, é legitimá-la, quer eles queiram ou não. Depois que a Caixa de Depósitos perdeu o monopólio do Livret A, que a pequena poupança não se destina mais ao financiamento da moradia social e que os bancos pagam uma taxa de juros inferior à inflação, dizer que não se deve “esquecer a poupança das pessoas” aplicada em empréstimos ao Estado, é atualmente se mostrar cuidadoso com os juros das camadas superiores desta “classe média” tão elástica, de camadas que não são forçadas a gastar tudo o que elas ganham a cada mês.

Ilegítima na França, a dívida adquire, no caso da Grécia, traços de “dívida odiosa”. A Tabela 1 mostra que, em 2007, na véspera do desencadeamento da crise financeira e econômica mundial, a dívida grega era já elevada em termos de porcentagem do PIB (94,8%), sendo o percentual da Itália superior. O mecanismo de fundo é aquele lembrado no caso da França. As políticas fiscais de baixos impostos (sobre a renda, patrimônio e empresas) reduziram as receitas orçamentárias e criaram um déficit público financiado pelo endividamento. Mas a dívida grega tem traços de “dívida odiosa”, para utilizar a caracterização dada à dívida dos países que se incluía antes no bloco sob o nome de Terceiro Mundo. As somas emprestadas serviram para organizar a corrupção em larga escala. Sabe-se, hoje, depois de vários meses, que o governo do partido Nova Democracia e o antigo Primeiro Ministro Costas Karamanlis falsearam as estatísticas com o duplo objetivo de mascarar a amplitude de seu clientelismo e de salvaguardar a imagem econômica da Grécia junto à União Européia,

ao BCE e aos investidores. Entretanto, nenhuma averiguação foi iniciada contra Karamanlis. Onde a utilização dos fundos é conhecida (sem que sejam conhecidas as comissões ocultas que as acompanham), trata-se de despesas muito elevadas, incorridas pela realização dos Jogos Olímpicos em 2004 e, sobretudo, pelas compras de armas.

Tabela 1
Dívida pública dos países da zona do euro - em % do PIB

Países	2007	2008	2009*	2010**	Crescimento depois de 2007
Austria	59,4%	62,5%	70,4%	75,2%	26,6%
Belgica	84%	89,6%	95,7%	100,9%	20,1%
Finlândia	-	33,4%	39,7%	45,7%	36,8%
França	63,8%	68%	75,2%	81,5%	27,7%
Alemanha	65,1%	65,9%	73,4%	78,7%	20,9%
Grécia	94,8%	97,6%	103,4%	115%	21,3%
Irlanda	25%	43,2%	61,2%	79,7%	218,8%
Itália	103,5%	105,8%	113%	116%	12,2%
Países Baixos	45,6%	58,2%	57%	63,1%	38,4%
Portugal	63,5%	66,4%	75,4%	81,5%	28,3%
Espanha	36,2%	39,5%	50,8%	62,3%	72,1%
Zone euro	66%	69,3%	77,7	83,6%	26,0%

*estimativa; ** previsão.

Para a Finlândia, a taxa de crescimento é calculada sobre 2008.

Fonte : Eurostat.

As compras de armas remetem completamente à problemática das dívidas odiosas. Os dados publicados no relatório de 2010 do SIPRI de Stockholm, que é a mais importante fonte de dados na matéria, revelam que a Grécia foi um dos cinco maiores importantes importadores de armas na Europa entre 2005 e 2009⁵. A compra de aviões de combate representa, sozinha, 38% do volume de suas importações, especialmente com a compra de 26 F-16 (Estados Unidos) e de 25 Mirages 2000 (França), esse último contrato apóia-se sobre um valor de 1,6 bilhões de euros. Mas a lista dos equipamentos franceses vendidos à Grécia não para aí, incluindo igualmente

veículos blindados (70 VBL), helicópteros NH90, mísseis MICA, Exocet, Scalp e drones Sperwer. As compras da Grécia a fizeram o terceiro cliente da indústria de defesa francesa na década em curso. Em 2008, essas entregas atingiram 261 milhões de euros. Em seu blog do jornal *Libération*, outro especialista das vendas de armas, Jean-Dominique Merchet, explica que *“a Grécia estava em discussão avançada com a França e Dassault para comprar Rafales por 50 milhões de euros cada. Hoje, com a situação atual, tudo isso vai por água abaixo”*. A França não é o único dos produtores de armas (aí se encontra também os Estados Unidos, a Rússia, a Grã Bretanha e Alemanha) que vende armas à Grécia e, então, que empurra para o alto sua dívida. A Alemanha, por exemplo, lhe vendeu, entre 2005 e 2009, por vários bilhões de euros, equipamentos (carros de assalto Leopard, submarino Tipo 214, munições). Mesmo se a relação se estabelece na Europa e não na África ou na América Latina, como os meios do endividamento externo pertencem aos mesmos países das empresas que vendem armas, isso restabelece uma forma de subordinação econômica e política característica do imperialismo.

Os bancos tomam emprestados ou criam toda a moeda que eles “emprestam” aos Estados

Uma das ladainhas preferidas dos partidos do governo, dos economistas bem sucedidos e da mídia, que eles repetem, é o peso insuportável do fardo que será legado às gerações futuras se não se pagar rapidamente uma parte da dívida do Estado. Argumento “moral” que se pretende poderoso, mas cujo objetivo é justificar as agressões sociais conduzidas contras as gerações atuais – contenção das despesas, desemprego, redução dos benefícios sociais e evidentemente das aposentadorias. Argumento mais inaceitável quando repousa implicitamente na idéia que os recursos emprestados teriam sido produzidos por uma dolorosa poupança e por um duro trabalho. Ora, esse não é o caso. Quando os bancos “emprestam aos Estados” – que eles o fazem comprando bônus do Tesouro colocados em leilão pelos ministérios das finanças (ver, anteriormente para o caso da França) – eles “emprestam” somas que não possuem, somas que eles mesmos

tomam emprestado ou, o que é mais freqüente, que eles criaram no processo de criação monetária privada, sustentado pelos bancos centrais, que é o crédito bancário. A única transferência que repousa sobre a substância da riqueza, aquela que nasce do trabalho, se faz em outro sentido, pela punção apoiada sobre os salários, que transita pelos impostos e pelo serviço da dívida⁶. A dívida e o “serviço dos juros” são uma bomba⁷ para a finanças “*pompe à phynance*” (nome dado em seu blog por Frédéric Lordon em homenagem ao Pai Ubu de Jarry). Durante três décadas esta bomba funcionou às maravilhas. Hoje o mecanismo começou a dar sinais preocupantes de mau funcionamento. De um lado, o balanço dos bancos europeus contém títulos de alto risco. De outro, a rede de empréstimos que os bancos fazem entre si manifesta um grau crescente de vulnerabilidade.

O que se nomeia “o ativo” dos bancos é composto de uma soma de créditos sobre créditos consentidos ou de empréstimos feitos a tomadores de empréstimos de diferentes tipos, empresas, famílias (empréstimos hipotecários e crédito ao consumo) e, enfim, a Estados. Encontramo-nos frente a uma forma, atualmente sem dúvida a mais desenvolvida e a mais vulnerável, o capital fictício⁸. Os créditos bancários têm prazos diferentes (se diz também graus de maturidade) e comportam riscos mais ou menos elevados. Eles são reduzidos, senão nulos em alguns casos, elevados ou muito elevados em outros. Quanto mais um empréstimo é longo, mais os juros são elevados; os “lucros bancários” aumentam em relação ao grau de risco incorrido pelos bancos nas operações de “tomar emprestado no curto prazo” (à taxa baixa) para “emprestar no longo prazo” (à taxa elevada). Aqui se encontra, de novo, os efeitos da liberalização e da desregulamentação financeira.

Na seqüência da crise de 1929, e em particular no desmoronamento dos bancos em 1932, os Estados Unidos submeteram aos bancos a controles muito estritos, no qual a lei Glass-Steagal, de 1933, foi a coluna vertebral. Mas, assim que massas altamente concentradas de capital-dinheiro se reconstituíram na City e em Wall Street a partir do fim dos anos 1960, e aumentou com os “petrodólares”, a finança obteve dos governos Margaret Thatcher e Ronald Reagan o lançamento de um processo de desmantelamento peça por peça dos controles e das salvaguardas. Começado entre 1978

et 1982, prosseguiu até os anos 2000. Desde 1982, o mais importante teórico keynesiano da instabilidade financeira - Hyman Minsky - (que se conhece por seus trabalhos sobre o “efeito Ponzi”, do qual o financista Bernard Madoff foi o adepto reconhecido mais recente), publicou um livro premonitório predizendo que a liberalização recriaria as condições de bolhas e de crises financeiras⁹. A euforia das altas bursáteis e de ganhos financeiros fáceis arrastou as elites capitalistas e seus governos. O que dois economistas americanos chamaram de síndrome « *this time is different* » (esta vez não é igual) prevaleceu¹⁰.

Uma só instituição buscou resistir a ela tanto quanto podia, o Banco de Compensações Internacionais (BRI em francês, BIS em inglês) cuja sede é na Basileia. Sua tenacidade permitiu o estabelecimento de uma proporção mais prudente de 8 % (consignado no Acordo de Basileia II). Nenhum banco a respeita e nenhuma autoridade financeira a impõe. A proporção de 8% tem somente valor de referência, ou mais exatamente, de indicador de vulnerabilidade. Tratando-se de bancos franceses, a proporção de seus capitais próprios no montante de seu endividamento se situaria atualmente entre 3% e 4%. Suas “alavancagens no endividamento” ultrapassava a cifra de 32, o que o aproximava daquelas do Bear Stearns ou de Lehmann em 2008¹¹. A esse nível, todo pagamento não honrado, quer se tratem de sociedades hipotecárias ou de países devedores, mesmo pequenos, pode provocar um risco de falência. Daí a preocupação em relação ao grau elevado de exposição dos bancos europeus, não somente quanto à dívida grega, mas também quanto às outras dívidas públicas (Itália) ou privadas (bancos e sociedades hipotecárias espanholas).

Os bancos franceses e alemães são os mais expostos. Ao final de 2009, os grupos bancários franceses detinham 493 bilhões de dólares de créditos privados e públicos desses países, contra 465 bilhões para as instituições alemãs. O detalhamento por banco é secreto. Há somente estimativas. Segundo o Banco de Compensações Internacionais, a dívida pública é somente uma pequena parte: “Os créditos públicos dos países em dificuldade detidos pelos bancos da zona do euro atingem somente 254 bilhões”¹².

A vulnerabilidade particular do sistema financeiro europeu

No capitalismo liberalizado e mundializado, os bancos são grupos financeiros diversificados. Estes são cotados na bolsa (eles representam quase a metade da capitalização do New York Stock Exchange e em torno de um terço do CAC40). Depois de 2007, eles foram responsáveis pela extrema vulnerabilidade das cotações. Para voltar aos grupos bancários franceses, o “banco de varejo” (as agências “perto de nossa casa” conhecidas dos simples cidadãos) são somente uma atividade entre outras e não uma das mais rentáveis. Mesmo antes da crise, os empréstimos às pequenas e médias empresas geravam pouco lucro e não interessavam aos bancos. Sob o efeito da concorrência que os Fundos de Pensão e os *Hedge Funds* anglo-saxões travam no espaço desregulamentado da finança mundial, os bancos europeus se engajaram em operações especulativas cada vez mais arriscadas. No momento em que a crise dos empréstimos hipotecários *subprime* explodiu, se viu os riscos especulativos que os bancos alemães tinham tomado, a tal ponto que o “modelo renano”, tão elogiado, não era mais do que uma lembrança. Na medida em que grupos financeiros diversificados criaram salas de mercado (como aquelas da Société Générale onde Jérôme Kerviel era tacitamente encorajado a efetuar suas especulações) e filiais especializadas se concediam aos mesmos tipos de atividades que os *Hedge Funds*, eles se engajaram em tipos de empréstimos rentáveis, mas sempre mais arriscados. No caso do sistema da Europa continental, esse jogo é ainda mais perigoso que no caso dos Estados Unidos. Ele é marcado por dois fatores de vulnerabilidade particulares.

O primeiro tem as formas institucionais de centralização do dinheiro suscetíveis de serem valorizados a partir dos mercados financeiros e, por conseguinte, a dimensão das massas disponíveis para este efeito que condicionam o montante do que pode ser classificado sob o termo “lucros financeiros”. Na Europa, os bancos não são rodeados de poderosos fundos de pensão. Com algumas exceções (sobretudo os Países Baixos), os sistemas de aposentadoria são sistemas de repartição do “tipo sueco” ou então de “salário socializado”, à francesa¹⁵. É sobre os bancos e em uma menor medida às companhias de seguro que repousa o processo de centralização de

fundos suscetíveis de ser aplicado. Isso obriga os bancos europeus a tomar emprestado em dólar, via Wall Street, e emprestar entre eles de maneira intensa. A segunda grande fraqueza do sistema financeiro europeu vem do fato que ele não é apoiado por um Estado “europeu” que tenha alguma consistência. As burguesias continentais pensaram poder contornar esse problema com a criação do Euro. A gestão do euro pelo banco central europeu “independente” devia preencher sua ausência. Vê-se hoje o que acontece. Sem Estado, não há sistema financeiro capaz de tomar decisões que transcendem os interesses particulares de cada país (cada segmento nacional do capital) que utiliza esta moeda. Tal é a chave das tensões muito fortes entre os governos da “Euroland” a respeito da crise da dívida grega. Já muito enfraquecido depois do início da crise e especialmente na fase aguda de outono de 2008, o sistema financeiro construído em torno do euro e do BCE está completamente fragmentado no curso das últimas semanas.

Um dos editorialistas regulares do Financial Times pôde escrever em 21 de junho que “*fundamentalmente não estamos frente a uma crise da dívida dos Estados, mas a uma crise bancária duplicada por uma crise de coordenação de políticas*” (políticas monetárias, econômicas e financeiras da EU e mais amplamente do G20)¹⁴. A incapacidade de Bruxelas e do BCE de impor aos bancos a publicação das contas de forma um pouco mais clara, permitindo fazer para cada grande banco um teste de vulnerabilidade (*stress test*), é uma das numerosas situações. Sabe-se que a maioria dos bancos tem ainda “ativos contaminados” em seu balanço, que remontam aos *subprimes*. Ninguém sabe quais e quanto.

O acordo concluído em 10 de maio, ao final de negociações longas e tensas, entre os ministros das Finanças da UE sobre “*um plano de luta contra os riscos de contágio das dívidas soberanas*” na altura de 750 bilhões de euros, quase exatamente o montante do plano que Henry Paulson montou na catástrofe de setembro de 2008, na seqüência da falência do banco de investimento Lehmann, carrega as marcas de todas as fraquezas do sistema europeu. Um fundo de 60 bilhões de euros para a UE como tal, no qual todo país europeu poderá tomar emprestado em caso de urgência, e criação de um mecanismo especial de 440 bilhões de euros para garantias de empréstimos. Mas a

UE precisou apelar ao FMI para que este “*garanta esse esforço em caso de necessidade*” em ao menos a metade, ou seja, 220 bilhões de euros. O BCE foi encorajado a ampliar o que é chamado pudicamente “*medidas não convencionais de política monetária*”, isto é, a injeção praticamente ilimitada de liquidez, equivalente atual da “*máquina de fazer dinheiro*” de antanho. Um banqueiro britânico tinha então comentado: “*É mais fácil vender esse plano dizendo que ele deve servir para salvar a Grécia, a Espanha e Portugal, que confessar que ele deve salvar e ajudar os bancos.*”¹⁵.

O que se trata é, com efeito, o salvamento dos bancos; e isso está longe de terminar. Na metade de junho, as agências europeias de informação financeira divulgaram novas preocupações dos meios financeiros em relação à “*redução da duração da liquidez demandada pelos bancos, que passou de 6 meses (metade de 2009), para 2 meses (hoje) (...) em caso de novo stress da parte dos bancos europeus mais fracos (gregos, espanhóis, etc.), as taxas poderiam ser amenizadas, tendo como efeito o encarecimento do custo da liquidez*”, e escreveram “*o sistema bancário passará um teste em julho, uma vez que os 442 bilhões de liquidez em um ano serão pagos pelos bancos. Em um cenário extremo, o BCE poderia ser empurrado a voltar a operações de liquidez de maturidade mais longa*”¹⁶. A fonte mais documentada dessas novas preocupações é o relatório trimestral de 15 de junho de 2010, publicado pelo Banco de Compensações Internacionais, cuja criação em 1930 remonta à Sociedade das Nações e à independência estabelecida anteriormente sobre bases mais sólidas, diferentemente daquela do BCE. O resumo consagrado às necessidades de financiamento dos bancos europeus junto aos mercados situados em Wall Street¹⁷ passa em revista os indicadores que permitem verificar a proximidade de uma situação de crise. Eles são todos ruins.

Uma conclusão política muito breve

Uma nova etapa da crise econômica e financeira mundial começada em 2007 se abriu. Da luta social igualmente, especialmente na Europa, mesmo se, no momento, somente na Grécia as manifestações e os enfrentamentos foram de grande amplitude. Não pára de aumentar a

lista de países nos quais planos de austeridade drástica são anunciados. Eles vão com certeza mergulhar novamente alguns países na recessão, senão a Europa inteira. Os editorialistas do Financial Times, dos quais Martin Wolf (ver em francês suas crônicas em *Le Monde*) e Wolfgang Münchau, citado mais acima, estimam que o não pagamento por parte da Grécia é inevitável. Ele deriva da “armadilha da dívida”¹⁸, isto é, de um movimento mecânico no qual à medida que o país se afunda na recessão, as receitas fiscais, aí incluída a TVA, baixarão, deteriorando a proporção da dívida em relação ao PIB. Melhor seria evitá-la, fazendo o mais rápido possível o que é chamado de “reescalonamento” ou “reestruturação” da dívida grega. Mas isso seria uma “mensagem ruim” enviada aos mercados. A extrema fragilidade dos balanços bancários exige, então, fazer o povo grego beber o copo até a borra. A esquerda anticapitalista e revolucionária não pode deixar passar. A crise mundial em curso nos reaproximou de alguns aspectos da crise de 1929. Nós devemos nos reapropriarmos da palavra de ordem de repúdio ou de denúncia da dívida, de nos negarmos a pagá-la. Era a palavra de ordem tradicional do movimento operário. A denúncia da dívida contraída pelo Estado tsarista no curso da revolução de Outubro lhe deu, nos anos 1920, um eco e um prestígio consideráveis.

A defesa desta palavra de ordem deveria evidentemente ser acompanhada da reivindicação da apropriação pública e social completa do sistema de crédito. Nas formas que atualmente ele tomou, representa um mecanismo totalmente parasitário cujo custo social e humano é extremamente elevado. Os governos são obrigados a vir repetidamente em socorro das instituições que eles criaram como senhores, e se inclinam frente aos seus humores. Isso é evidentemente um absurdo e a denúncia desta absurdidade, de custos sociais dementes, pode ser certamente traduzida em termos simples, e depois em palavras de ordem. O termo socialização é preferível àquele de nacionalização. Assim como a propriedade social das empresas deverá ser organizada de maneira que o controle não escape de novo aos trabalhadores, não se trata de centralizar todos os meios de crédito em um monopólio do Estado.

*Traduzido do original francês por
Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani.*

Abstract

This article discusses the follow up of the crisis, started in 2007, in the United States and in Continental Europe, after de reduction of the Greek and Spanish Public Debt ratings in 2010. It shows that the public debt is originated in economic policies that benefit capitalists and that its growth is accelerated by the implementation of neoliberal policies. These policies serve the interest of the financial system and the big banks, which are the main creditors of the States. These banks get resources for open market operations through the creation of money and debt that they take themselves. Hence, this debt assumes an "illegitimate" character and get as far as a "hideous debt". Therefore, we should appropriate ourselves of the order and deny its payment. This used to be the order in the traditional labor movement.

Key words: Capitalist crisis, public debt, financial system.

Referências

- AGEFI, em seu boletim em francês www.agefi.fr, de 7 de junho de 2010.
- BARROSO, José Manuel. Our priority is the restoration of investor confidence. In: *International Herald Tribune*, June 22, 2010.
- BIS. "European banks" US dollar funding pressures. In: *Quarterly International Market Review*, June 2010.
- BIS. *Quarterly International Banking and Financial Market Review*. In: <http://www.bis.org>. June 2010.
- CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo da mundialização do capital. In: Seminário de Estudos Marxistas. *A finança capitalista*. Collection Actuel Marx Confrontations, Presses Universitaires de France, Paris, 2006.
- COLLON, Jean-Marie. In : <http://alternatives-economiques.fr>.
- DEPEERER, Charles. In : www.abcbourse.com.
- FRIOT, Bernard. *L'enjeu des retraites*. In : La Dispute, Paris, 2010.
- FRIOT, Bernard. *Puissance du salariat, Emploi et protection sociale à la française*. In : La Dispute, Paris, 1998.
- MARX, Karl. *O Capital*. Paris: Editions Sociales, 1972, livro III, tomo 7, p. 132-133.
- MINSKY, Hyman. *Can "it" happen again?* New York, Amonk: M.E.Sharpe, 1982.
- MÜNCHAU, Wolfgang. Give us the figures on Europe's toxic banks. In: *Financial Times*, June 21, 2010.
- MÜNCHAU, Wolfgang. Ver os textos no blog: <http://lupus1.wordpress.com>.

- SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. In: <http://www.sipri.org/yearbook>.
- UDRY, Charles-André. Une guerre sociale nouvelle s'ouvre en Europe. In : www.alencontre.org, 27 de maio 2010.
- WOLF, Martin. Cycle Minsky. In: *Financial Times*, 16, September, 2008.
- WOLF, Martin. Keep printing money. In: *Financial Times*, June 23, 2010.
-

Notas:

- ¹ José Manuel Barroso, 2010.
- ² Martin Wolf, 2010.
- ³ Caças de combate fabricados pela companhia francesa Dassault, que gerou uma intensa polêmica no Brasil quando se abriu a concorrência para reequipar a FAB (NT).
- ⁴ Para essas cifras e outras, ver o site do Tesouro: <http://www.aft.gouv.fr>.
- ⁵ Ver SIPRI, <http://www.sipri.org/yearbook>, assim como o artigo de Jean-Marie Collon no blogue <http://alternatives-economiques.fr>.
- ⁶ Para mais explicações ver François Chesnais, 2006.
- ⁷ De bombear (NT).
- ⁸ Ver Marx, p. 132-133: “A maior parte do ativo dos bancos é fictícia. (...) Com exceção do fundo de reserva, todos os depósitos são somente créditos sobre o banqueiro, que jamais existem realmente como depósito. Na medida em que eles são empregados nas operações de transferência, eles executam a função de capital para os banqueiros quando eles os emprestam. Os banqueiros regulam entre eles as compensações recíprocas sobre depósitos que não existem, fazendo vir esses créditos da dedução de uma das outras”.
- ⁹ Hyman Minsky, 1982, *Can “it” happen again?* O “it” é a crise de 1929. Martin Wolf é um dos raros jornalistas que se refere a seus trabalhos. Ver *inter alia*, seu artigo sobre o “cycle Minsky”, 2008.
- ¹⁰ Carmen M. Reinhart and Kenneth S. Rogoff, 2010.
- ¹¹ Ver as cifras dadas por Charles Depeerer e não desmentidas no site www.abcbourse.com.
- ¹² BIS, 2010, <http://www.bis.org>.
- ¹³ As diferenças entre os dois sistemas são expostas por Bernard Friot, 1998 e 2010.
- ¹⁴ Wolfgang Münchau, 2010.
- ¹⁵ Citado por Charles-André Udry, 27 de maio 2010. Encontra-se ainda o comentário no site Bill Cara's Blog, 10 de maio de 2010.
- ¹⁶ Ver por exemplo a agência suíça, AGEFI, em seu boletim em francês www.agefi.fr, de 7 de junho de 2010.
- ¹⁷ Ver “European banks’ US dollar funding pressures, In: BIS, 2010. Ver a referência Web dada mais acima.
- ¹⁸ Ver os textos no blog: <http://lupus1.wordpress.com>.